

TAXA BÁSICA DE JUROS

BC eleva Selic para 14,75%

Enquanto setor produtivo critica, especialistas preveem novo aumento em junho, por causa de inflação e cenário externo

» ROSANA HESSEL

Em mais uma "super quarta", com decisões dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos, os resultados vieram dentro das expectativas do mercado e com sinalizações de preocupação com o aumento da incerteza no cenário global, com risco de recessão nos EUA no radar e suas implicações para a economia mundial.

Por aqui, o Banco Central (BC) voltou a subir a taxa básica da economia (Selic), em 0,50 ponto percentual, para 14,75% ao ano, maior patamar em 19 anos.

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC foi unânime, tornando-se o sexto aumento seguido desde o início do ciclo de aperto monetário, iniciado em setembro de 2024. Contudo, ao contrário da reunião anterior, o colegiado não deu uma sinalização para o próximo Copom, marcado para os dias 17 e 18 de junho, e deixou a decisão em aberto.

"O cenário de elevada incerteza, aliado ao estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos acumulados ainda por serem observados, demanda cautela adicional na atuação da política monetária e flexibilidade para incorporar os dados que impactem a dinâmica de inflação", destacou o comunicado divulgado após a reunião do Copom.

Cautela

Na avaliação do economista-chefe do Banco BV, Roberto Padovali, o BC não encerrou o ciclo de aperto monetário e, sim, deixou as portas abertas para mais uma alta de 0,25 ponto percentual em junho. Para ele, ainda é preciso cautela diante das incertezas no mercado doméstico e global e das expectativas de inflação desanoradas. "O Banco Central reconhece no comunicado que o ciclo de aperto monetário, que foi importante até o momento, tem impactos defasados e isso exige cautela, flexibilidade e acompanhamento de dados antes de tomar as próximas decisões", afirmou.

Com base no comunicado, o economista Francisco Luis Lima Filho, do Departamento Econômico do Banco ABC, também manteve a aposta de uma alta residual na Selic de 0,25 ponto percentual no Copom de junho. "A taxa Selic terminal, portanto, segue projetada em 15%. Nível este em que deve prosseguir até o fim do ano, ao menos. A leitura de cenário pelo Copom continua consistente com uma política monetária mais contracionista", afirmou.

Por outro lado, há economistas

prevendo o fim do ciclo de aperto monetário. "Depois de quatro reuniões regidas pelo forward guidance (sinalização futura), teremos um Copom, em julho, com o mercado 'livre para especular' que vai ser o resultado. E, como essa especulação vai depender da interpretação do comunicado, dificilmente teremos uma convergência de opiniões sobre o que o BC fará na próxima reunião", afirmou Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners.

Para ele, há sinais para a manutenção dos juros "e, o equilíbrio no balanço de riscos, é o principal deles", e, por conta disso, ele espera manutenção da Selic em 14,75% ao ano em junho.

O economista e consultor André Perfeito, por sua vez, classificou a decisão do Copom como "cautelosa e acertada", mas considerou que não há espaço para não subir mais a taxa de juros. Ao ver dele, a Selic já atingiu o patamar que o próprio mercado espera para o fim do ciclo de 2025. "Contudo vejo um mercado ainda muito desconfiado com a dinâmica inflacionária", afirmou.

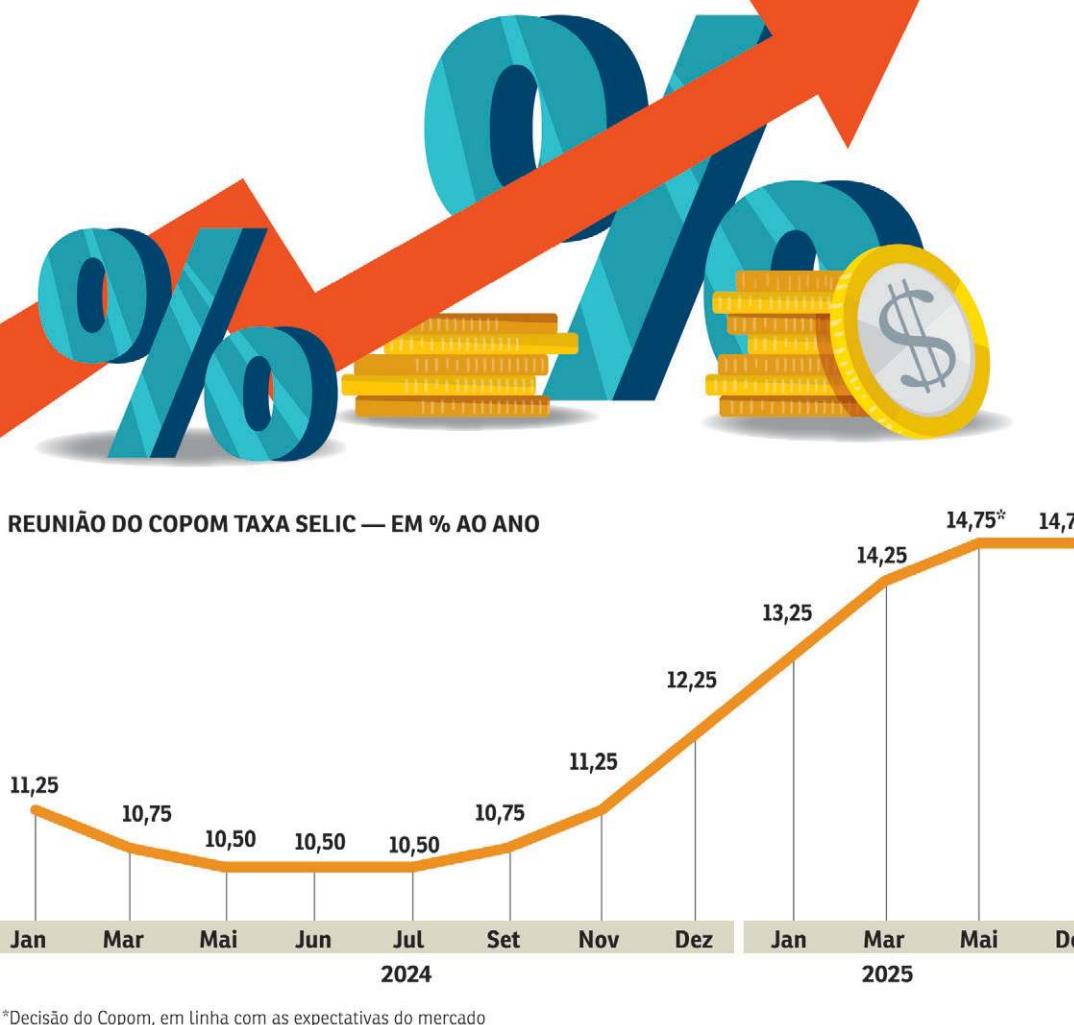
Pódio global e Fed

O novo patamar da Selic, além de ser o maior desde 2006, colocou o Brasil de volta no pódio dos maiores juros reais — descontada a inflação — do mundo. O país passou de 4º para o 3º lugar no ranking elaborado pela MoneYou e Liv Intelligence. A listagem, com 40 economias, tem a Turquia em primeiro lugar, com juro real de 10,47% ao ano; e a Rússia, em segundo, com taxa anual de 9,17%. Na sequência, o Brasil, com juros reais de 8,65% ao ano, enquanto que, no último lugar, ficou a Holanda, com juros reais negativos de 2,28%. A média do ranking ficou em 1,60% ao ano, acima dos juros reais da China, de 1,53%, e dos Estados Unidos, de 0,40%.

Já o Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) manteve, ontem, por unanimidade, os juros básicos no atual patamar de 4,25% a 4,50% ao ano, como esperado pelo mercado. Ao justificar a medida, sinalizou preocupação com os aumentos dos riscos de desaceleração da economia com inflação elevada. "A incerteza quanto às perspectivas econômicas aumentou ainda mais. O Comitê está atento aos riscos para ambos os lados de seu duplo mandato e avalia que os riscos de maior desemprego e inflação aumentaram", acrescentou a nota do Fed, ignorando as ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump e reforçando que ainda vai ser preciso cautela antes de os juros começarem a cair.

Escalada

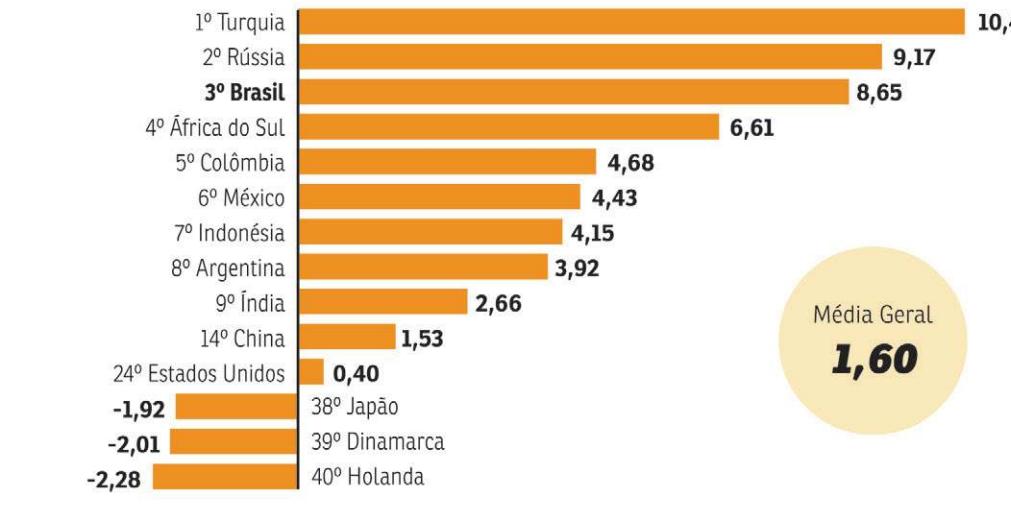
Com alta de 0,50 ponto percentual, taxa básica da economia vai a 14,75% e atinge maior patamar desde julho de 2026



RANKING GLOBAL

Após queda em março, Brasil sobe um degrau neste mês, e fica em 3º em lista de 40 economias elaborada pela MoneYou e Liv Intelligence

Taxa de juro real* (em %)



*Cálculo considera a taxa de juros a mercado no vencimento mais líquido 12 meses à frente para o período e a inflação ex-ante — projetada para os 12 meses consecutivos, como referencial o último dado fornecido pelas autoridades econômicas de cada país.

NA PONTA DO LÁPI

Compare o rendimento das aplicações financeiras com a taxa Selic em 14,75% ao ano para uma aplicação no valor de R\$ 10 mil

| Aplicação | Rendimento bruto anual | IR | Rendimento Líquido Anual (-IR) | Rendimento mensal |
|----------------------|------------------------|---------------|--------------------------------|-------------------|
| Poupança | 6,17% | Isento | 6,17% | R\$51,42 |
| CDB 100% do CDI | 14,61% | 20% | 11,69% | R\$96,92 |
| Tesouro Selic 14,61% | 20% | +0,2% taxa B3 | 11,44% | R\$95,32 |
| Fundo DI | 14,11% | 20% | 11,29% | R\$94,08 |

Fonte: Banco Central, MoneYou/Liv Intelligence e Anefac

Entidades lamentam

Entidades ligadas ao setor produtivo lamentaram a continuidade do aperto monetário e alertaram para os riscos à competitividade do país. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) o novo aumento na taxa Selic para o maior patamar em quase 20 anos, impõe um fardo ainda mais pesado à economia, com consequências negativas para o emprego, a renda e o bem-estar da população.

"Embora o controle da inflação seja o objetivo primordial do Banco Central, a elevação da Selic traz riscos significativos à economia, que está em processo de desaceleração mais acentuado do que esperávamos no final de 2024", afirmou o presidente da CNI, Ricardo Albal, em comunicado da instituição, que prevê desaceleração na atividade do país, de 3,4%, em 2024, para 2,3%, neste ano.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) considerou o aumento de 0,50 ponto percentual nos juros básicos como "excessivo", impondo patamares superiores aos registrados há uma década, "quando o país enfrentava inflação de dois dígitos". A Federação destaca que o cenário de juros elevados já restringe de forma significativa a atividade econômica, especialmente as relacionadas à indústria, que encerrou o primeiro trimestre do ano praticamente estável", destacou a nota da entidade.

Apesar das críticas ao aumento de juros, a Firjan reconheceu que o cenário atual é de incertezas globais, "caracterizado por conflitos geopolíticos e tensões comerciais que exigem uma 'análise cuidadosa' e que 'o problema fiscal impede uma redução consistente da taxa Selic'. A instituição, inclusive, enfatizou a urgência de uma reforma fiscal estrutural. 'Políticas públicas orientadas para a inovação, infraestrutura, capital humano e redução dos custos de produção são essenciais para garantir um desenvolvimento socioeconômico sustentável no Brasil', acrescentou.

A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), por sua vez, criticou a decisão do Copom e afirmou que os juros mais elevados devem restringir os investimentos, a competitividade e elevar os custos de produção. (RH)

TJDFT suspende compra do Master pelo BRB

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) suspendeu a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). De acordo com a decisão liminar, assinada pelo juiz Carlos Fernando Fecchio dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF, na última terça-feira, o BRB fica impedido de assinar contrato definitivo para adquirir parte do controle acionário do Banco Master.

A suspensão da compra do Banco Master atendeu a um pedido de urgência feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio de uma Ação Civil Pública. Embora a aquisição tenha sido barrada pelo TJDFT, o juiz liberou a tramitação dos atos necessários e preparatórios para concretização do negócio.

A formalização do negócio de compra do Banco Master pelo BRB, segundo a decisão do juiz, poderia gerar "prejuízos futuros à coletividade" caso, em

uma análise posterior, o procedimento fosse considerado inválido.

A operação de compra do Banco Master pelo BRB foi divulgada pela estatal em 28 de março de 2025 por meio de um "fato relevante". No comunicado, a estatal afirmou que adquiria 49% das ações ordinárias, 100% das preferenciais e 58% do capital total do Master. O negócio, que envolveria a formalização de um acordo de acionistas e um acordo operacional para regular o funcionamento de um conglomerado prudencial, depende de diversas condições precedentes e aprovações regulatórias, incluindo do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Questionamento

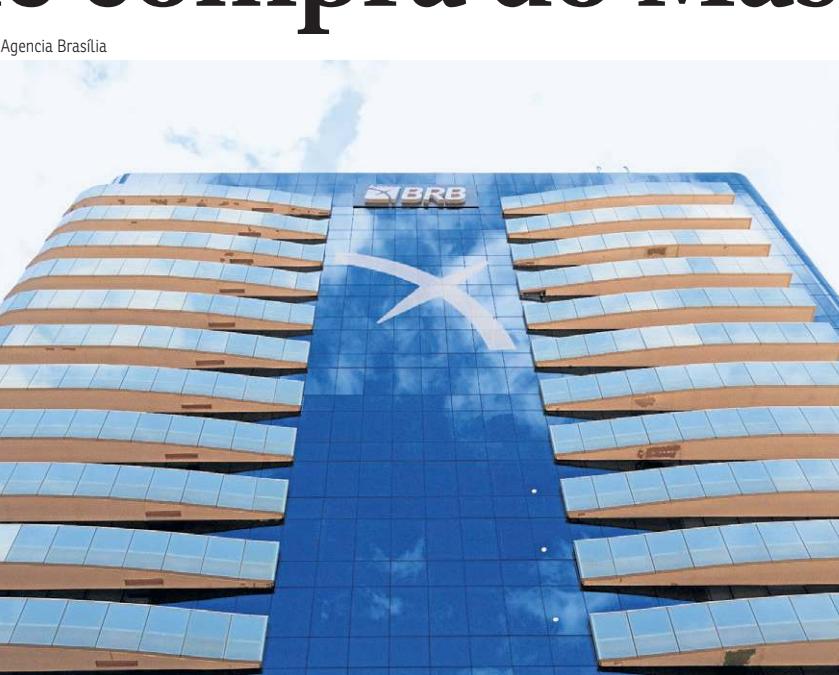
Diante do anúncio de compra do Banco Master pelo BRB, o MPDFT ajuizou a ação argumentando que a alta direção do BRB teria descumprido exigências constitucionais, legais e regulatórias

nos procedimentos adotados para a aquisição.

A principal alegação do órgão foi que a operação exigiria autorização prévia da Assembleia de Acionistas do BRB. Em manifestação preliminar nos autos, o BRB defendeu que a deliberação

da Assembleia de Acionistas não seria necessária, pois a operação configuraria aquisição de participação acionária, e não compra de controle. Em nota enviada ao *Correio*, o BRB afirmou ter ciência da decisão liminar proferida pelo TJDF, mas reiterou que a "transação permanece, condicionada ao cumprimento de etapas e aprovações regulatórias e reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência e o respeito às instituições competentes."

Na noite de ontem, o banco



Segundo o "fato relevante", o banco público compraria 49% das ações ordinárias, 100% das preferenciais e 58% do capital total do Master. Uma liminar da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF barrou a operação, até que todas as etapas necessárias para a aquisição sejam cumpridas

publicou um "comunicado ao mercado", informando que "tomou conhecimento através da mídia a respeito de decisão liminar proferida pela 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, no âmbito de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios".

"A decisão liminar, no entanto, autoriza expressamente a continuidade dos atos preparatórios à operação, e sendo definida data para deliberação sobre a assinatura do contrato de aquisição, o BRB deverá informá-la nos autos", diz o comunicado.

Em outro comunicado, o banco responde a questionamentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sobre documento vazado à imprensa, apontando o impacto econômico da operação de compra do Master. Segundo o BRB, o documento citado foi apresentado pela própria instituição a deputados, na Câmara Legislativa, em reunião a portas fechadas.